



PLS
2020/2023

**PLANO DE
LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

PRESIDENTE	Consª Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
VICE-PRESIDENTE	Cons Kleber Dantas Eulálio
CONTROLADORA-INTERNA	Consª Flora Izabel Nobre Rodrigues
PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA	Cons Olavo Rebelo de Carvalho Filho
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA	Consª Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga
OUVIDOR	Cons Abelardo Pio Vilanova e Silva
CORREGEDOR GERAL	Cons Joaquim Kennedy Nogueira Barros

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Alisson Felipe de Araujo	Jackson Nobre Veras
Delano Carneiro da Cunha Câmara	Jaylson Fabianh Lopes Campelo

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:

PROCURADOR-GERAL	PROCURADOR DA 2ª CÂMARA
José Araújo Pinheiro Júnior	Plínio Valente Ramos Neto
SUB PROCURADOR-GERAL	CORREGEDOR
Leandro Maciel do Nascimento	Márcio André Madeira de Vasconcelos
PROCURADORA DA 1ª CÂMARA	
Raïssa Maria Rezende de Deus Barbosa	

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO
Luis Batista de Sousa Junior

SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO
Paulo Ivan da Silva Santos

SECRETÁRIA DAS SESSÕES
Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo



COMISSÃO GESTORA PERMANENTE

REPRESENTANTE DO COLEGIADO:	Consª Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
REPRESENTANTE DA GOVERNANÇA:	Lucine de Moura Santos Pereira Batista
REPRESENTANTE DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA:	Paulo Ivan da Silva Santos
REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO:	Luis Batista de Sousa Junior
REPRESENTANTE DA DIVISÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS:	Fellipe Sampaio Braga
REPRESENTANTE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS:	Enio Cezar Dias Barrense
REPRESENTANTE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS:	Jorge Félix dos Santos Filho
REPRESENTANTE DA DIVISÃO DE PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA:	Antônio Carlos Barradas Ferreira
REPRESENTANTE DO NÚCLEO GESTÃO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS E COMBATE À CORRUPÇÃO:	Hamifrancny Brito Meneses
REPRESENTANTE DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:	Bruno Camargo de Holanda Cavalcanti
REPRESENTANTE DA DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:	Antônio Moreira da Silva Filho
REPRESENTANTE DA ESCOLA DE GESTÃO E CONTROLE	Maria Valéria Santos Leal

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – 2020-2023

PROJETO PRJ14 PLS DO TCE-PI

CORRELAÇÃO:

- Objetivo 03: Fortalecer a imagem do TCE-PI perante a sociedade;
- Objetivo 08: Aprimorar e incorporar boas práticas de Governança e gestão;
- Objetivo 13: Garantir uma gestão otimizada dos recursos.



COLABORADORES

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

Bruno Camargo de Holanda Cavalcanti - Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

Hamifrancy Brito Meneses - Núcleo Gestão de Informações Estratégicas e Combate à Corrupção

ENFERMEIRA

Kelly de Sousa Maciel - Secretaria Administrativa / Divisão de Gestão de Pessoas / Seção de Serviços Integrados de Saúde

AUDITORA DE CONTROLE EXTERNO

Lucine de Moura Santos Pereira Batista - Governança

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

Luis Batista de Sousa Junior - Secretaria de Controle Externo

À DISPOSIÇÃO

Naira Lopes Moura - Secretaria Administrativa / Divisão de Gestão de Pessoas

AUDITORA DE CONTROLE EXTERNO

Teresa Cristina de Jesus Guimarães Moura - Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia

AUDITORA DE CONTROLE EXTERNO

Verônica Maria Prazeres Lopes de Sousa - Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia

DIAGRAMAÇÃO

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

Yuri Cavalcante de Araújo - Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal

ARTE / CAPA

Lucas Ramos - Publicitário - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO / TCE-PI





OPTE POR FAZER A LEITURA DESTE TRABALHO EM MÍDIA DIGITAL.

Cada tonelada de papel novo consome entre 10 e 20 árvores, 10 mil litros d'água e 5 Mw/hora de energia.

Este trabalho foi redigido com adoção da fonte Century Gothic, tamanho 10, por ser uma opção que reduz significativamente o consumo de tinta em uma eventual impressão.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.





PLS
2020/2023

PLANO DE
LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ



APRESENTAÇÃO

Harmonizar o modelo de gestão do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE-PI com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030, é uma obrigação a ser cumprida por esta Corte através do presente Plano de Logística Sustentável – PLS. Em essência, o PLS estabeleceu critérios de sustentabilidade e racionalização de gastos institucionais de modo a aperfeiçoar os procedimentos administrativos do TCE-PI. O que se pretende é uma revolução comportamental, com a internalização de novos conceitos, como forma de produzir uma mudança cultural.

Para tanto, sabe-se que o processo de tomada de decisões dos gestores públicos se mostra mais assertivo, quando está associado a um profundo conhecimento da sua organização. Essas informações são importantes para direcionar as políticas institucionais e otimizar a alocação dos recursos. Assim, a proposta do PLS do TCE-PI é olhar requalificando as instituições como espaço e não só como caminho para atender seus objetivos. Os tribunais como organismos vivos, em contínuo processo de transformação, precisam se adaptar às novas realidades, a partir das necessidades e desejos dos cidadãos.

Conselheira Lilian Martins

Coordenadora da Comissão Gestora Permanente



LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
CID	Classificação Internacional de Doenças
CME	Número de Cesta de Material de Expediente por Grupo de 100 Colaboradores
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CPE	Carga Poluente de Efluente
CPS	Percentual Financeiro de Compras Sustentáveis
CS	Comunicação Social
CTS	Percentual Financeiro de Contratações Sustentáveis
DFAE	Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual
DFAM	Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal
DFENG	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia
DOE	Diário Oficial Eletrônico
DP	Divisão Processual
DPL	Divisão de Patrimônio e Logística
DTIF	Diretoria de Tecnologia da Informação
EAD	Ensino à Distância
EGC	Escola de Gestão e Controle
GDS	Sustainable Development Goals
GOV	Governança
IN	Instrução Normativa
IPC	Número de Impressões por Colaborador
IRB	Instituto Rui Barbosa
IRC	Índice de Reprodução de Cor
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
KPI	Key Performance Indicator
LED	Light Emitter Diode
LLA	Percentual de Luminárias com Tecnologia LED Automatizada
MEIPLS	Manual para Elaboração e Implementação dos Planos de Logística Sustentável dos Tribunais de Contas
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPDG	Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão



MS	Ministério da Saúde
NID	Número de Itens em Desuso Doados
NII	Número de Itens Relevantes de Material de Informática Consumidos por Colaborador
NIP	Número de Itens Plásticos Descartáveis (copa e cozinha) Usados por Colaborador
NPA	Nível de Potabilidade da Água
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Plano Anual de Capacitação
PEV	Ponto de Entrega Voluntária
PLS	Plano de Logística Sustentável
PPA	Programa de Preparação para Aposentadoria
SA	Secretaria Administrativa
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SMD	Sistema de Medição de Desempenho
SS	Secretaria das Sessões
SSIS	Seção de Serviços Integrados de Saúde
TC	Tribunal de Contas
TCE-PI	Tribunal de Contas do Estado do Piauí
VAC	Volume de Água Consumida (faturada em conta de concessionária local)
VAG	Volume de Água Envasada em Garrafão de 20l Consumida por Colaborador
VAP	Volume de Água Envasada de Pequeno Colume (copo 200 ml, garrafa 500 ml, garrafa 1,5 l) Consumida por Colaborador
VEG	Volume de Esgoto Gerado
VR2C	Volume de Resíduo Sólido Reciclável Coletado
VRC	Volume de Resíduo Sólido Coletado
WWF	World Wide Fund for Nature



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	METODOLOGIA.....	12
3	LEGISLAÇÃO.....	18
4	TEMA 1 - Uso Racional da Energia Elétrica	19
5	TEMA 2 - Uso Racional da Água e Gestão Sustentável do Esgoto	23
6	TEMA 3 - Transparência do TCE-PI e das Entidades Estaduais e Municipais	26
7	TEMA 4 - Consumo Responsável de Materiais	29
8	TEMA 5 - Gestão de Resíduos Sólidos.....	34
9	TEMA 6 - Capacitação Socioambiental e Sensibilização para Sustentabilidade ..	37
10	TEMA 7 - Qualidade de Vida no Trabalho	42
11	TEMA 8 - Compras e contratações Sustentáveis.....	49
12	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	51
13	AÇÕES DE DIVULGAÇÃO	53



1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado **Plano de Logística Sustentável – PLS** nasceu de uma iniciativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE-PI visando instituir no âmbito da Corte de Contas um adequado “Programa de Sustentabilidade” com pretensões de vigorar, a princípio, no período de 2020 a 2023 e ser atualizado a cada ciclo de quatro anos. A concepção do PLS do TCE-PI partiu da premissa de abarcar não só a questão ambiental, mas envolver também os pilares econômico e social, conforme preconiza a Organização das Nações Unidas – ONU, ao defender a necessidade de um esforço conjunto de combate à pobreza e proteção ao planeta.

Para uma melhor compreensão do presente plano é preciso, de início, situar o leitor no contexto do “desenvolvimento sustentável”. A citada expressão surgiu em 1972, quando da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo – Suécia, sendo formalmente apresentada ao mundo em 1987, por meio do Relatório “Nosso Futuro Comum”.

Conceitualmente, o desenvolvimento sustentável é tido como “o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (World Wide Fund for Nature - WWF)”.

No momento, a ONU vem trabalhando o desenvolvimento sustentável por meio da Agenda 2030, um plano de ação global para mudar o mundo até o ano 2030. Essa agenda foi proposta em 2015, quando da realização, em Nova York, da reunião de Cúpula dos 193 Estados-membros da ONU, ratificada depois de um esforço de mais de dois anos na busca de um entendimento de quais ações seriam necessárias para erradicar a miséria em todos os lugares, com o cuidado de proteger o Planeta. O documento que celebrou o acordo recebeu, assim, o título de “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Desse modo, a concepção do PLS tomou por base uma detalhada análise da Agenda 2030, a qual se estrutura na proposição de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a serem encaixados no prazo de 15 anos (2015 a 2030). Internacionalmente, tais objetivos passaram a ser mencionados apenas com uso da sigla GDS (Sustainable Development Goals), iniciais dos termos utilizados na expressão, seguido do respectivo número identificador (1 a 17). Em português, consagrou-se a expressão Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Buscou-se, assim, vislumbrar quais ações poderiam ser instituídas no TCE-PI, dentro de um olhar racional e desafiador, que estivessem alinhadas aos ODS. Nesse ponto, cabe destacar que também subsidiaram a feitura do PLS dois outros importantes documentos: **(i)** a Resolução TCE-PI nº 15/2018, de 13 de setembro de 2018, a qual instituiu a Política socioambiental no âmbito do Tribunal de Contas, bem como estabeleceu regramentos para a feitura de um plano de logística sustentável institucional; e o **(ii)** [Manual](#) para Elaboração e Implementação dos Planos de Logística Sustentável dos Tribunais de Contas – MEIPLS.



Assim, dos 17 (dezessete) ODS acordados na Agenda 2030, foi possível abarcar no presente PLS 12 ODS's, em razão da natureza institucional do Tribunal de Contas. Outro aspecto importante a ser mencionado é que, neste primeiro momento, a proposta do presente Plano está voltada para um olhar mais "interno", alcançando os membros, servidores e demais colaboradores da instituição.

Dando sequência a introdução, o Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, que está materializado no presente relatório, é fruto do esforço da Comissão Gestora Permanente - CGP, instituída por meio da Portaria TCE-PI nº 194/19, publicada no Diário Oficial Eletrônico - DOE nº 054/2019, de 21 de março de 2019, e posteriores atualizações. A referida Comissão teve como finalidade expressa "elaborar e formalizar" uma proposta de atuação sustentável para a Corte de Contas, onde contou com 11 integrantes de diversos setores da Instituição, sob a supervisão da Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins.



2 METODOLOGIA

2.1 Considerações Iniciais

O presente plano de logística sustentável foi elaborado com base no “Manual para Elaboração e Implementação dos Planos de Logística Sustentável dos Tribunais de Contas - MEIPLS”, documento este que tem servido de guia para diversas cortes de contas do País para confecção das suas propostas de atuação sustentável.

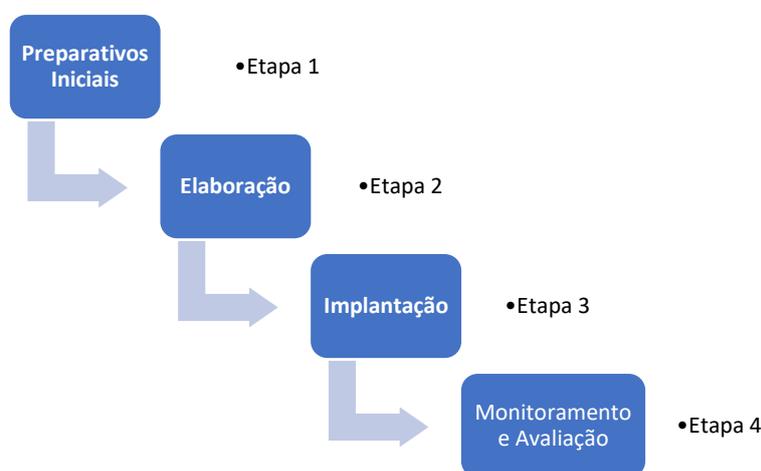
O referido manual obteve uma ampla aceitação e foi objeto de diversos elogios pela objetividade com que tratou a matéria, permitindo ser um norteador/guia de fácil consulta aos que buscaram ou ainda desejam implementar um programa de logística sustentável.

Tal aspecto serviu de alertar quanto a possibilidade de uma maior expectativa na feitura do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Contas do Piauí, uma vez que foi também autor do MEIPLS.

2.2 Etapas

Em breve resumo, a construção do presente plano de logística sustentável, em harmonia com o que recomendou o MEIPLS, estruturou-se buscando cumprir as seguintes etapas: (i) Preparativos Iniciais, (ii) Elaboração, (iii) Implantação, (iv) Monitoramento e Avaliação, conforme sequência apresentada na [Figura 2.1](#).

Figura 2.1 - Resumo das etapas seguida na elaboração do PLS do TCE-PI



Fonte: TCE-PI

Etapa 1 - Preparativos Iniciais – Nesta etapa, como primeiro passo na busca da materialização do Plano de Logística Sustentável, foi concebido no âmbito do TCE-PI um normativo visando estabelecer uma Política Socioambiental institucional, bem como dispor sobre a forma e o prazo para elaboração do PLS. Tal normativo materializou-se na Resolução nº 15, de 13 de setembro de 2018, assinalando prazo de 90 dias para publicação do PLS.



Na sequência, em cumprimento ao art. 4º da Resolução nº 15/2018, instituiu-se a Comissão Gestora Permanente, por meio da Portaria nº 194/19, DOE nº 054/2019, de 21 de março de 2019, contando com integrantes dos diversos setores do TCE-PI, na tentativa de proporcionar um olhar multidisciplinar a equipe responsável pela proposição da minuta do PLS, bem como dar cumprimento a exigência regulamentada pela já citada resolução.

A Comissão Gestora, sob coordenação de um Representante do Colegiado (a qual recaiu sobre a Conselheira Lilian Martins), iniciou sua mobilização em 2019, realizando a primeira reunião em maio de 2019. Como pauta, foi apresentado aos membros da comissão o objetivo do trabalho, distribuído cópia digital do MEIPLS e estabelecido um cronograma de reuniões mensais, além de sensibilização para a necessidade de se inteirar sobre a temática.

Etapa 2 – Elaboração – como segunda etapa do trabalho, nas diversas reuniões da Comissão Gestora, foi realizado um amplo debate sobre a melhor forma de se estruturar o PLS. Ficou acordado que se buscaria um texto objetivo e de fácil consulta, tendo um bom apelo visual. Tal proposta recairia em dois documentos: um relatório mais extenso e detalhado, o qual serviria de base para a elaboração de um segundo texto, este dedicado à ampla divulgação. O presente trabalho materializa o primeiro desses dois documentos.

Dando sequência às tarefas, realizou-se um estudo detalhado de cada tema com potencialidade de vir a compor o PLS, haja vista que a Resolução nº 15/2018 elencou vários. Esse estudo buscou subsidiar com informações relevantes os integrantes da comissão, permitindo a construção de uma visão geral sobre os temas e qual o seu impacto nas rotinas diárias do TCE-PI. Só então foi solicitado a cada membro a elaboração de um diagnóstico sobre os temas de interesse.

O diagnóstico constitui-se em uma complexa tarefa, vez que a qualidade da sua elaboração refletiria diretamente na proposição dos objetivos e respectivos plano de ação. Os integrantes da comissão foram orientados a buscarem informações por meio de um minucioso levantamento abrangendo um período mínimo de cinco anos, isto é, de 2015 a 2019. As informações levantadas deveriam ser tabuladas e precisavam avançar além do aspecto descritivo/qualitativo. Necessitavam permitir um olhar objetivo, de tal modo que gráficos com históricos de consumo fossem viabilizados, evidenciando a preocupação de se ter uma mensuração capaz de ilustrar o real contexto socioambiental vivenciado pela Corte de Contas.

Nesse ponto, etapa de diagnóstico, merece destaque mencionar que sem uma boa materialização da série histórica dos serviços e consumos de interesse para o trabalho, não seria possível estimar projeções consistentes para o futuro. O diagnóstico esmerado permitiu uma melhor compreensão de contexto, viabilizando a proposição de indicadores de desempenho mais assertivos.

Com relação à Implantação, etapa 3, espera-se que ocorra ao longo dos próximos meses, findando em 2023. Já à etapa 4, que tratam do Monitoramento e Avaliação, optou-se por explicá-la em tópicos mais à frente, tendo em vista que, do ponto de vista cronológico, representam momentos que ainda estão por vir, quando da propositura do



presente Plano. Assim, detalhes da mesma podem ser consultados no [capítulo 12](#) e [capítulo 13](#).

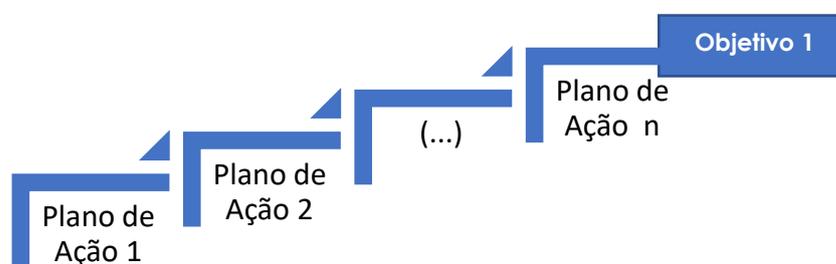
2.3 Sistema de Medição de Desempenho

Visando facilitar a compreensão do presente Plano de Logística Sustentável, achou-se oportuno apresentar, no capítulo que se discorre, uma breve explanação do conceito de Sistema de Medição de Desempenho – SMD, termo amplamente utilizado nas organizações privadas para gerenciar estratégias, e que serviu de base para a concepção do PLS do TCE-PI.

Em razão da essência do trabalho de construção do PLS recair na materialização de uma coleção de planos de ação, ocorreu a necessidade de se buscar uma sistemática de formalização desses planos já consagrada na literatura técnica disponível. Para tanto, a inspiração foi na metodologia de formulação de KPI's (key Performance Indicator).

Em breve síntese, para cada tema de interesse, foram estabelecidos objetivos a serem alcançados, tendo alguns temas, inclusive, abarcado até mais de um objetivo. O objetivo traduz onde se quer chegar. Assim, de acordo com a sistemática empregada, para alcançar esses alvos, faz-se necessário a superação de uma série de etapas, materializadas em uma sequência de degraus, tendo por patamar final o objetivo almejado. Nessa analogia, esquematizada na [Figura 2.2](#), os degraus representam cada plano de ação a ser percorrido, passo a passo.

Figura 2.2 - Relação entre os planos de ação e um objetivo



Fonte: TCE-PI

A subida até alcançar a concretização do objetivo requer um grande esforço da organização, tanto na materialização de planos de ação factíveis como na capacidade de acompanhamento dos resultados dos planos. É aí onde entra o conceito de indicadores de desempenho.

Os indicadores de desempenho traduzem o quanto do objetivo foi alcançado, representam a métrica a ser verificada no sentido de avaliar se a execução dos planos de ação está sendo eficiente no alcance dos alvos pretendidos. Assim, cabe destacar que os indicadores estão atrelados aos objetivos e não aos planos de ação, sendo tentador cometer o equívoco. É importante ter essa distinção de conceitos, pois é comum na proposição de ações cometer o erro de interpretar os indicadores com medidas dos planos.



Figura 2.3 - Relação entre os conceitos de Objetivo, Planos de Ação e Indicadores de Desempenho



Fonte: TCE-PI

No presente PLS, os objetivos estão apresentados em tópicos específicos, com os indicadores a serem verificados, materializados na forma de quadros. Os quadros também informam as ações correlatas a um citado objetivo, bem como as atividades a serem desenvolvidas.

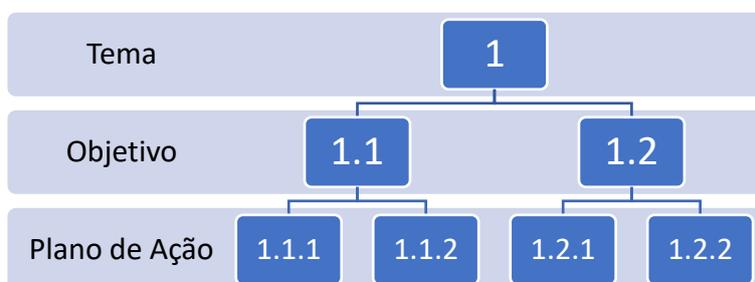
2.3.1 Como Consultar os Planos de Ação

Para facilitar a consulta a este plano de logística sustentável, foi concebido uma sistemática de classificação dos temas, objetivos com seus indicadores, e planos de ação visando vinculá-los.

Basicamente, optou-se por uma numeração por índice que se desdobra da seguinte maneira: o nível hierárquico mais alto é o tema. Vinculado a esse tema, em um segundo nível, tem-se os objetivos, que podem variar em quantidade. Na sequência, em um terceiro nível, tem-se os planos de ação, que, por fim, desdobram-se em atividades distribuídas em tarefas. A [Figura 2.4](#) exemplifica a classificação adotada.

Com relação aos indicadores, optou-se por seguir com uma numeração de dois dígitos, onde o primeiro dígito faz alusão ao tema e o segundo nível a numeração ordinal do indicador.

Figura 2.4 - Numeração dos planos de ação vinculadas ao tema e objetivo



Fonte: TCE-PI



2.4 Eixos Temáticos

Uma vez compreendida a metodologia de trabalho empregada na construção do PLS, tem-se condições de apresentar os eixos temáticos delineados para orientar as ações sustentáveis.

Em síntese-se, são quatro eixos passíveis de atuação: I - Compras, Contratações e Usos Sustentáveis de Recursos; II - Atividades de Controle Externo; III - Qualidade de vida no trabalho, comunicação, capacitação e sensibilização para a sustentabilidade; IV - Gestão de resíduos e autossuficiência na atividade de controle externo.

Quadro 2.1 - Temas fixados pela Instrução Normativa TCE-PI nº 15/18

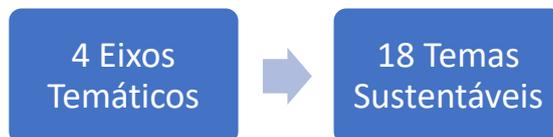
	I - Compras, Contratações e Usos Sustentáveis de Recursos.		III – Qualidade de vida no trabalho, comunicação, capacitação e sensibilização para a sustentabilidade
✓	a) Consumo de papel para impressão e outros usos administrativos	✓	a) programa de qualidade de vida no trabalho;
✓	b) consumo de copos descartáveis;	✓	b) capacitação socioambiental para a promoção da sustentabilidade;
✓	c) consumo de água envasada;		c) serviço de capacitação do corpo técnico, de jurisdicionados e da sociedade;
✓	d) impressão de documentos;	✓	d) transparência nas atividades do Tribunal de Contas (Diário Oficial Eletrônico e Transmissão de Sessões Plenárias ao Vivo).
✓	e) energia elétrica;		
✓	f) serviço de água e esgoto;		
✓	g) serviços de limpeza e de manutenção predial;		
✓	h) deslocamento de pessoal;		
✓	i) planejamento anual de compras e contratações		
	II - Atividades de Controle Externo		IV – Gestão de resíduos e autossuficiência na atividade de controle externo
	a) gestão de acervo documental;	✓	a) coleta seletiva de resíduos sólidos;
	b) gestão eletrônica de processos;		b) gestão de obsolescência e/ou ociosidade patrimonial.
	c) promoção do controle social da gestão pública.		

Os eixos temáticos foram estabelecidos quando da aprovação da Política Socioambiental da Corte e servem como guia (ver [Figura 2.5](#)), guardando uma intrínseca



relação com a natureza das atividades desenvolvidas no TCE-PI. Em complementação, em cada um dos citados eixos, tem-se os temas sustentáveis, propriamente dito. Todas essas informações podem ser consultadas no [Quadro 2.1](#).

Figura 2.5 - Relação entre os quatro eixos que norteia a seleção dos possíveis temas sustentáveis



Fonte: TCE-PI

2.5 Temas Sustentáveis

Buscando dar uma maior efetividade as ações sustentáveis do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, por meio de um amplo debate entre os servidores da instituição, foram selecionados, sob a perspectiva de buscar enfrentar as questões mais urgentes alinhadas ao desenvolvimento sustentável, alguns temas específicos, dentro das opções disponíveis.

Desse modo, os seguintes temas foram selecionados para compor o Plano de Logística Sustentável do TCE-PI: uso racional da energia elétrica, uso racional da água e gestão sustentável do esgoto, gestão de resíduos sólidos, consumo responsável de materiais, compras e contratações sustentáveis, qualidade de vida no trabalho, capacitação socioambiental e sensibilização para a sustentabilidade, e, transparência, totalizando oito temas, representados na [Figura 2.6](#).

Figura 2.6 - Temas selecionados para serem trabalhados pela Corte de Contas



Fonte: TCE-PI

Registra-se que a delimitação na quantidade de temas, para essa primeira abordagem do PLS, esbarrou na necessidade de aprendizado que terão que passar os servidores da Instituição, bem como sua conciliação com as atividades rotineiras dos diversos setores. Tal fato impõe restrições na carteira de temas, em termos de quantidade.



3 LEGISLAÇÃO

Conforme expresso anteriormente, o desenvolvimento sustentável sob as óticas ambiental, econômica e social vem sendo discutido com mais afinco entre os Estados-membros das Nações Unidas a partir dos anos 70. À medida em que a participação de todos se mostrava imprescindível para o desenvolvimento consciente, ficou evidente que a legislação dos Estados-membros deveria ser ajustada, de modo a refletir a preocupação com as futuras gerações, seja evidenciando direitos e deveres no tocante à proteção ambiental, seja prevendo sanções àqueles que ameacem ou prejudiquem o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) inovou ao afirmar expressamente, em seu art. 225, que “todos têm direito amplo e irrestrito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, ao tempo em que impôs ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo não apenas para si, mas também para as futuras gerações.

Por sua vez, a Constituição do Estado do Piauí, em seu art. 237, não só ressaltou os direitos previstos na CF/88, como também enfatizou que o dever de defender e preservar o meio ambiente deve ser exercido de modo a harmonizá-lo, racionalmente, “com as necessidades do desenvolvimento sócio-econômico para as presentes e futuras gerações”.

A partir dos dispositivos constitucionais mencionados acima, foi e vem sendo continuamente implementada legislação atinente à proteção ao meio ambiente no âmbito da Administração Pública, sejam em leis, decretos, manuais e outros dispositivos infralegais. Na [Figura 3.1](#) consta relação enumerando alguns desses principais instrumentos:

Figura 3.1 – Legislação relacionado à proteção do meio-ambiente (principais instrumentos)

Lei nº 8.666/93 - Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública	•O art. 3º estabelece como uma das finalidades de todas as contratações públicas a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
Decreto Federal nº 7.746/12, alterado pelo Decreto Federal nº 9.178/17	•Critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.
Instrução Normativa nº 10/2012, do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG	•Regras para elaboração dos PLS na administração pública federal
Manual para Elaboração e Implementação dos Planos de Logística Sustentável dos Tribunais de Contas	•Documento publicado pelo Instituto Rui Barbosa - IRB que contempla metodologia para elaboração e implementação dos Planos de Logística Sustentável no âmbito dos Tribunais de Contas do país.
Resolução TCE-PI nº 015/2018	•Dispõe sobre a forma e o prazo para a elaboração do Plano de Logística Sustentável e o estabelecimento da política socioambiental no Tribunal de Contas do Estado do PI – TCE-PI e dá outras providências.



4 TEMA 1 - USO RACIONAL DA ENERGIA ELÉTRICA

4.1 Importância

Dentre os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), merece destaque os ODS 7, que trata da “Energia limpa e acessível”. Inserido neste contexto, o PLS do TCE-PI busca contribuir com o ODS 7 por meio de ações que visam ir além de propostas de racionalização no consumo de energia, mas impactar positivamente o meio ambiente através do uso de energia limpa (meta 7.b).

4.2 Objetivos

Buscando contribuir para um adequado desenvolvimento sustentável, no âmbito do consumo de energia elétrica pelo Tribunal de Contas, foram propostos alguns objetivos a serem perseguidos durante a vigência do PLS, representando projetos que agregam uma série de iniciativas dentro da temática em apreço.

Como primeiro objetivo a destacar, vislumbrou-se a necessidade de uma redução mais significativa no consumo de energia. A justificativa para essa proposição reside na percepção de que quando unidades consumidoras promovem diminuições em seus consumos, estão na verdade permitindo que o atual sistema de geração de energia elétrica que os supre, em termos de capacidade instalada, não necessite de antecipadas ampliações.

O segundo objetivo proposto decorreu da percepção da crescente utilização de fontes renováveis de energia, uma consequência da acessibilidade às novas tecnologias de painéis fotovoltaicos.

Desse modo, foi proposto ao TCE-PI a possibilidade de fazer uso da citada solução, com potencial aproveitamento da estrutura de cobertura das três edificações existentes. Tal iniciativa se conecta com o desenvolvimento sustentável por também permitir uma postergação da ampliação da capacidade de geração de energia dos sistemas existentes, contribui para a diversificação da matriz energética e auxiliar na redução do carregamento da rede.

Os dois objetivos podem ser consultados nos [Quadros 4.1](#) e [4.2](#), onde se destaca as ações que os materializam, e quais indicadores serão aplicados para sua mensuração.

Quadro 4.1 – Resumo do primeiro objetivo vinculado ao eixo “Energia Elétrica” com suas ações e indicadores

Objetivo 1.1: Redução do Consumo de Energia Elétrica	
Ações vinculadas:	
Ação 1.1.1:	Adotar luminárias de maior eficiência energética.



Objetivo 1.1: Redução do Consumo de Energia Elétrica	
Ações vinculadas:	
Ação 1.1.2:	Adotar solução para substituir a atual forma de comandar os circuitos de iluminação por meio dos quadros de distribuição.
Ação 1.1.3:	Instalar medidores para acompanhamento do consumo de energia por edificação.
Ação 1.1.4:	Adotar solução para acompanhar o consumo de energia para o sistema de climatização.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 1.1, indicador 1.2, indicador 1.3, indicador 1.4

Quadro 4.2 - Resumo do segundo objetivo vinculado ao eixo “Energia Elétrica” com suas ações e indicadores

Objetivo 1.2: Adoção de fonte renovável de energia para suprir parcialmente o consumo da Corte de Contas	
Ações vinculadas:	
Ação 1.2.1:	Elaborar projeto (executivo) detalhando a solução do sistema de geração de energia elétrica a ser adotado pelo TCE-PI.
Ação 1.2.2:	Contratar da execução do sistema gerador de energia selecionado.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 1.5, indicador 1.6

4.3 Planos de Ação

Para cada objetivo proposto, foram vinculadas uma série de ações, detalhadamente construídas, e que por sua vez materializam em Planos de Ação. Nos Quadros 4.1 e 4.2, já apresentados no tópico anterior, tem-se apenas o título das ações que servirão de “Degraus” para o atingimento dos objetivos aos quais se relacionam.

Assim, para uma consulta mais detalhada de como essas ações se desdobrarão, isto é, quais as atividades serão necessárias, solicita-se que seja consultado o Apêndice deste relatório. Lá, para cada ação pactuada, há um registro expondo a justificativa, setores envolvidos, responsáveis, cronograma e estimativa de custo, quando possível, viabilizando os meios para um adequado acompanhamento.

É importante registrar, que os **Planos de Ação** foram numerados em ordem crescente, e para facilitar sua identificação e vinculação, o código numérico que os sinaliza segue um padrão de três dígitos. O primeiro dígito informa o tema do PLS ao qual está vinculado, o segundo dígito representa o objetivo atrelado. Já o terceiro, sua identificação, interpretando-o como um algarismo cardinal.



4.4 Indicadores

Como métrica para aferir a eficácia no atingimento dos objetivos definidos, foram propostos os indicadores que se encontram detalhados no [Quadro 4.3](#). Para seleção desses indicadores, imaginou-se ser possível acompanhar os gastos e os consumos anuais com energia elétrica atrelados à concessionária local.

Tal mensuração permitirá avaliar o real consumo e possíveis implicações em razão do reajuste tarifário. Há risco de haver uma elevação nos gastos, acompanhado de diminuição do consumo, quando a tarifa de energia sobe. Assim, é preciso ter um conjunto de indicadores capazes de captar essas nuances.

Quadro 4.3 - Resumo de Indicadores para aferir os objetivos vinculados ao eixo “Energia Elétrica”

Nº Indicador	Descrição do Indicador	Unid.	Direção	Interpretação	Responsável
1.1	Consumo total de energia elétrica Fora da Ponta	Kwh/ano		Quantidade de energia consumida fora do intervalo de 18h às 21h.	SA/DPL
1.2	Consumo total de energia elétrica na Ponta	Kwh/ano		Quantidade de energia consumida no horário de 18h às 21h.	SA/DPL
1.3	Razão entre o consumo fora da ponta e na ponta	%		Permitir avaliar quanto de energia com tarifa mais cara está impactado na fatura.	SA/DPL
1.4	Gasto anual com energia elétrica	R\$/ano		Valor total gasto por ano com energia elétrica pelo TCE-PI.	SA/DPL
1.5	Consumo de energia elétrica de fonte renovável	Kwh/ano		Quantidade de energia produzida pelo sistema de fonte renovável adotado.	SA/DPL
1.6	Energia Injetada	Kwh/ano		Quantidade de energia produzida pela unidade consumidora e injetada na rede de distribuição.	SA/DPL

Quadro 4.4 - Metas relativas a Indicadores de aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Energia Elétrica”

Indicador	Unidade	Meta				Frequência
		2020	2021	2022	2023	
1.1	Kwh/ano	1,41 mi	1,36 mi	1,31 mi	1,26 mi	Mensal
1.2	Kwh/ano	70 mil	65 mil	60 mil	55 mil	Mensal
1.3	%	95,2	95,4	95,6	95,8	Mensal



Indicador	Unidade	Meta				Frequência
		2020	2021	2022	2023	
1.4	R\$/ano	740 mil	710 mil	680 mil	620 mil	Mensal
1.5	Kwh/ano	0	85 mil	180 mil	360 mil	Mensal
1.6	Kwh/ano	0	0	90 mil	180 mil	Mensal

Quanto as metas a serem alcançadas, foi proposto:

Redução de 10 % no consumo de energia fora da ponta no período de 2020 a 2023;

Redução de 22 % no consumo de energia na ponta no período de 2020 a 2023;

Elevar a proporção de consumo de energia fora da ponta, evidenciando uma busca por consumir energia com valores de tarifa mais baixas. Elevando essa proporção dos atuais 95,2 % para 95,8 % no período de 2020 a 2023;

Reduzir o valor anual gasto com energia pelo Tribunal de Contas junto à distribuidora dos atuais R\$ 740 mil para R\$ 620 mil.

Existe uma limitação na capacidade instalada permitida para o sistema de geração a partir de fontes renováveis por força da legislação e também da área disponível para instalação do sistema. Assim, apenas quando o projeto for concluído é que se poderá ter com maior rigor um melhor conhecimento das metas. Desse modo, quando da revisão do PLS, tais ajustes poderão ser incorporados.



5 TEMA 2 - USO RACIONAL DA ÁGUA E GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESGOTO

5.1 Importância

Dentre os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), merece destaque o ODS 6, que trata de “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”. Inserido neste contexto, o PLS do TCE-PI buscou contribuir com o ODS 6 por meio de ações que potencializem a redução da poluição de corpos de água (subobjetivo 6.3) e aumentem a eficiência do uso da água (subobjetivo 6.4).

5.2 Objetivos

Visando atender aos subobjetivos 6.3. e 6.4, inseridos no ODS 6, foram definidos quatro objetivos específicos. A seguir, os Quadros 5.1 a 5.3 apresentam a correlação entre objetivos específicos, ações executivas e indicadores de desempenho para efetivar a promoção da ODS 6 no âmbito da política socioambiental do TCE-PI.

Quadro 5.1 - Resumo do primeiro objetivo vinculado ao eixo “Água e Esgoto” com suas ações e indicadores

Objetivo 2.1: Reduzir o consumo de água potável e a produção de esgoto	
Ações vinculadas:	
Ação 2.1.1:	Instalar instrumentos de medição de vazão de água e esgoto.
Ação 2.1.2:	Reformar e modernizar a infraestrutura hidrossanitária (tubulações de água fria e de esgoto, aparelhos sanitários, metais) nos três edifícios do TCE-PI.
Ação 2.1.3:	Implantar sistema automatizado de irrigação de jardins nos edifícios do TCE-PI.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 2.1, indicador 2.2

Quadro 5.2 - Resumo do segundo objetivo vinculado ao eixo “Água e Esgoto” com suas ações e indicadores

Objetivo 2.2: Garantir a potabilidade da água consumida no TCE-PI, conforme Portaria Nº 5/2017 do MS	
Ações vinculadas:	
Ação 2.2.1:	Implantar sistema simplificado de tratamento de água do sistema poço tubular/cisterna que abastece os edifícios Sede e Anexo I.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 2.3



Quadro 5.3 - Resumo do terceiro objetivo vinculado ao eixo “Água e Esgoto” com suas ações e indicadores

Objetivo 2.3: Garantir os padrões de carga poluente estabelecidos pela Resolução N° 430/2011, CONAMA, para o esgoto tratado pelo TCE-PI	
Ações vinculadas:	
Ação 2.3.1:	Implantar serviço periódico de limpeza, manutenção, e avaliação da qualidade de sistemas simplificados de tratamento de esgoto.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 2.4

5.3 Planos de Ação

Para cada objetivo proposto, foram vinculadas uma série de ações, detalhadamente construídas, e que por sua vez materializam-se em Planos de Ação. Nos Quadros 5.1 a 5.3, já apresentados no tópico anterior, tem-se apenas o título das ações que servirão de “Degraus” para o atingimento dos objetivos aos quais se relacionam.

Assim, para uma consulta mais detalhada de como essas ações se desdobrarão, isto é, quais as atividades serão necessárias, solicita-se que seja consultado o Apêndice deste relatório. Lá, para cada ação pactuada, há um registro expondo a justificativa, setores envolvidos, responsáveis, cronograma e estimativa de custo, quando possível, viabilizando os meios para um adequado acompanhamento.

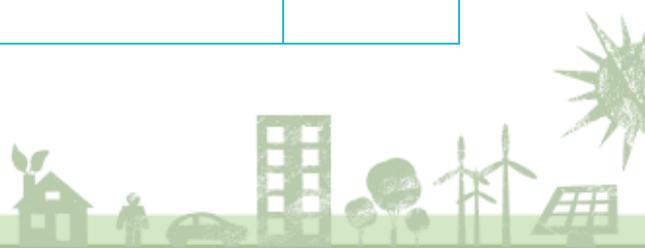
5.4 Indicadores

A aferição da efetividade das ações propostas para o eixo “Água e Esgoto”, no que se refere a implementação dos objetivos elencados na seção 5.2, deve ser medida periodicamente por meio de indicadores de desempenho.

O Quadro 5.4 apresenta o resumo sintético dos indicadores que servirão de base para o monitoramento do cumprimento dos objetivos estabelecidos para o eixo “Água e Esgoto”.

Quadro 5.4 - Resumo de Indicadores para aferir os objetivos vinculados ao eixo “Água e Esgoto”

Nº Indicador	Descrição do Indicador	Unid.	Direção	Interpretação	Responsável
2.1	Volume de Água Consumida (VAC)	m ³		Quantidade de água consumida pelos usuários do TCE-PI.	DFENG
2.2	Volume de Esgoto Gerado (VEG)	m ³		Quantidade de esgoto gerada pelas atividades realizadas no TCE-PI.	DFENG



Nº Indicador	Descrição do Indicador	Unid.	Direção	Interpretação	Responsável
2.3	Nível de Potabilidade da Água (NPA)	ml/L nº coliformes/ml UNT		Qualidade da água para consumo capaz de promover a saúde.	DFENG
2.4	Carga Poluente de Efluente (CPE)	ml/L		Carga de poluição de esgoto tratado capaz de ser absorvida pelo corpo hídrico sem comprometer a sustentabilidade do ecossistema.	DFENG

Já o [Quadro 5.5](#) apresenta a síntese das metas estabelecidas para os indicadores que balizam a aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Água e Esgoto”.

Quadro 5.5 - Metas relativas a indicadores de aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Água e Esgoto”

Indicador	Unidade	Meta				Frequência
		2020	2021	2022	2023	
2.1	m³	1840	1820	1800	1780	Mensal
2.2	m³	920	910	900	890	Mensal
2.3.a	ml/L	<10	<10	<10	<10	Mensal
2.3.b	nº coliformes/ml	Ausente em 100 ml	Mensal			
2.3.c	uT	<1,0 em 25% das amostras	<1,0 em 50% das amostras	<1,0 em 75% das amostras	<1,0 em 95% das amostras	Mensal
2.4	ml/L	<120	<120	<120	<120	Mensal



6 TEMA 3 - TRANSPARÊNCIA DO TCE-PI E DAS ENTIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS

6.1 Importância

A fim de se promover “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, foi estabelecido como um dos Objetivos (ODS 16) o de “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. Dentre as doze relevantes metas estabelecidas quanto a este objetivo, duas se vinculam nitidamente com as atividades de controle externo a cargo do Tribunal de Contas do Estado, a saber:

- 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;

- 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Ambas as metas se relacionam com a promoção da transparência das entidades públicas, que diz respeito ao conjunto de práticas que permite que os cidadãos numa democracia controlem o seu governo, reduzindo perigo de fraude e corrupção, e garantindo o funcionamento eficaz da máquina pública.

Ao entender e participar da gestão, a sociedade possibilita uma alocação de recursos mais direcionada aos seus anseios, permitindo que o administrador público direcione esforços às atividades que correspondem de fato àquilo que a população deseja e necessita, racionalizando as aquisições/contratações e o uso de recursos (bens, materiais e serviços), e contribuindo, portanto, para uma administração sustentável.

Para promover a transparência na gestão pública e, por conseguinte, contribuir para o alcance das supramencionadas metas do ODS 16, o PLS do TCE-PI busca desenvolver tanto a transparência do próprio Tribunal de Contas, quanto a das entidades municipais e estaduais sob sua jurisdição.

6.2 Objetivos

A fim de alcançar as metas 16.6 e 16.10 estabelecidas no ODS 16, atinentes ao fomento da transparência na Administração Pública, e levando-se em consideração a Matriz de Fiscalização da Transparência adotada pelo TCE-PI como forma de avaliar de forma quantitativa a transparência própria e de suas entidades jurisdicionadas, estabeleceram-se os objetivos relacionados no [Quadro 6.1](#) e [Quadro 6.2](#):



Quadro 6.1 - Resumo do primeiro objetivo vinculado ao eixo "Transparência" com suas ações e indicadores

Objetivo 3.1: Atingir nota máxima na Matriz de Fiscalização da Transparência	
Ações vinculadas:	
Ação 3.1.1:	Atualizar o Portal da Cidadania do TCE-PI.
Ação 3.1.2:	Atualizar a página de transparência do TCE-PI.
Ação 3.1.3:	Apurar e divulgar periodicamente o montante de recursos ressarcidos ao erário em decorrência de imputações de débito.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 3.1

Quadro 6.2 - Resumo do segundo objetivo vinculado ao eixo "Transparência" com suas ações e indicadores

Objetivo 3.2: Garantir índice de transparência "elevado" para 80% dos jurisdicionados avaliados pelo TCE-PI ao fim de 2023, com base na Matriz de Fiscalização da Transparência	
Ações vinculadas:	
Ação 3.2.1:	Atualizar o Portal da Cidadania do TCE-PI.
Ação 3.2.2:	Fiscalizar periodicamente os portais de transparência dos jurisdicionados do TCE-PI.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 3.2, Indicador 3.3

6.3 Planos de Ação

Para cada objetivo proposto, foram vinculadas uma série de ações, detalhadamente construídas, e que por sua vez materializam-se em Planos de Ação. Nos Quadros 6.1 a 6.2, já apresentados no tópico anterior, tem-se apenas o título das ações que servirão de "Degraus" para o atingimento dos objetivos aos quais se relacionam.

Assim, para uma consulta mais detalhada de como essas ações se desdobrarão, isto é, quais as atividades serão necessárias, solicita-se que seja consultado o Apêndice deste relatório. Lá, para cada ação pactuada, há um registro expondo a justificativa, setores envolvidos, responsáveis, cronograma e estimativa de custo, quando possível, viabilizando os meios para um adequado acompanhamento.



6.4 Indicadores

A aferição da efetividade das ações propostas para o eixo “Transparência”, no que se refere a implementação dos objetivos elencados na [seção 6.2](#), deve ser medida periodicamente por meio de indicadores de desempenho.

O [Quadro 6.3](#) apresenta o resumo sintético dos indicadores que servirão de base para o monitoramento do cumprimento dos objetivos estabelecidos para o eixo “Transparência”.

Quadro 6.3 - Resumo de indicadores para aferir os objetivos vinculados ao eixo “Transparência”

Nº Indicador	Descrição do Indicador	Unid.	Direção	Interpretação	Responsável
3.1	Índice de Transparência do TCE-PI	%	↗	Nota atribuída ao portal do TCE-PI a partir da Matriz de Fiscalização da Transparência.	SECEX
3.2	Índice de Transparência das entidades jurisdicionadas	%	↗	Média aritmética das nota atribuída a cada portal de transparência a partir da Matriz de Fiscalização da Transparência.	DFAM / DFAE / SECEX
3.3	Percentual das entidades jurisdicionadas com transparência elevada	%	↗	Percentual das entidades com índice de transparência classificado como “elevado”, dividido pelo total de entidades avaliadas.	DFAM / DFAE / SECEX

Já o [Quadro 6.4](#) apresenta a síntese das metas estabelecidas para os indicadores que balizam a aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Transparência”.

Quadro 6.4 - Metas relativas a indicadores de aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Transparência”

Indicador	Unidade	Meta				Frequência
		2020	2021	2022	2023	
3.1	%	80	80	90	100	Semestral
3.2	%	60%	65%	70%	75%	Anual
3.3	%	65%	70%	75%	80%	Anual



7 TEMA 4 - CONSUMO RESPONSÁVEL DE MATERIAIS

7.1 Importância

Dentre os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), merece destaque os ODS 12, que trata do “Consumo e produção responsáveis”. Inserido neste contexto, o PLS do TCE-PI busca contribuir com o ODS 12 por meio de ações de racionalização de consumo de materiais de trabalho que, em última instância, permitem um uso eficiente de recursos naturais (subobjetivo 12.2) e reduzir a geração de resíduos (subobjetivo 12.5).

7.2 Objetivos

Visando atender os subobjetivos 12.2, 12.5 e 12.6, inseridos no OSD 12, foram definidos seis objetivos específicos. A seguir, os Quadros 7.1 a 7.6 apresentam a correlação entre objetivos específicos, ações executivas e indicadores de desempenho para efetivar a promoção da ODS 12 na atividade de controle externo no TCE-PI.

Quadro 7.1 - Resumo do primeiro objetivo vinculado ao eixo “Consumo Responsável de Materiais” com suas ações e indicadores

Objetivo 4.1: Reduzir o consumo de papel	
Ações vinculadas:	
Ação 4.1.1:	Implantar sistema informatizado de protocolo digital.
Ação 4.1.2:	Implantar sistema informatizado digital de citação de jurisdicionados.
Ação 4.1.3:	Efetivar sistemática de gestão de impressões.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 4.1

Quadro 7.2 - Resumo do segundo objetivo vinculado ao eixo “Consumo Responsável de Materiais” com suas ações e indicadores

Objetivo 4.2: Racionalizar o consumo de material de expediente	
Ações vinculadas:	
Ação 4.2.1:	Instituir “cesta básica” de material de expediente.
Ação 4.2.2:	Implantar sistema de monitoramento do consumo de material de expediente.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 4.2



Quadro 7.3 - Resumo do terceiro objetivo vinculado ao eixo "Consumo Responsável de Materiais" com suas ações e indicadores

Objetivo 4.3: Racionalizar o consumo de água envasada para o abastecimento humano	
Ações vinculadas:	
Ação 4.3.1:	Instalar bebedouros em locais de grande movimentação de colaboradores.
Ação 4.3.2:	Instalar bebedouros com garrafões de 20 l de água mineral retornável.
Ação 4.3.3:	Incentivar o consumo de água e café por meio de vasilhames retornáveis.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 4.3, Indicador 4.4

Quadro 7.4 - Resumo do quarto objetivo vinculado ao eixo "Consumo Responsável de Materiais" com suas ações e indicadores

Objetivo 4.4: Minimizar o consumo de utensílios plásticos descartáveis de copa e cozinha	
Ações vinculadas:	
Ação 4.4.1:	Adotar materiais de copa e cozinha reutilizáveis nas dependências próprias do TCE-PI, tanto nos serviços de alimentação próprio como terceirizados.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 4.5

Quadro 7.5 - Resumo do quinto objetivo vinculado ao eixo "Consumo Responsável de Materiais" com suas ações e indicadores

Objetivo 4.5: Promover o uso racional de materiais de informática	
Ações vinculadas:	
Ação 4.5.1:	Instituir "cesta básica" de material de informática.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 4.6



Quadro 7.6 - Resumo do sexto objetivo vinculado ao eixo “Consumo Responsável de Materiais” com suas ações e indicadores

Objetivo 4.6:	Promover a modernização do sistema de iluminação das dependências internas do TCE-PI
Ações vinculadas:	
Ação 4.6.1:	Realizar reposição de luminárias tipo LED.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 4.7

7.3 Plano de Ações

Para cada objetivo proposto, foram vinculadas uma série de ações, detalhadamente construídas, e que por sua vez materializam-se em Planos de Ação. Nos Quadros 7.1 a 7.6, já apresentados no tópico anterior, tem-se apenas o título das ações que servirão de “Degraus” para o atingimento dos objetivos aos quais se relacionam.

Assim, para uma consulta mais detalhada de como essas ações se desdobrarão, isto é, quais as atividades serão necessárias, solicita-se que seja consultado o Apêndice deste relatório. Lá, para cada ação pactuada, há um registro expondo a justificativa, setores envolvidos, responsáveis, cronograma e estimativa de custo, quando possível, viabilizando os meios para um adequado acompanhamento.

7.4 Indicadores

A aferição da efetividade das ações propostas para o eixo “Consumo Responsável de Materiais”, no que se refere a implementação dos objetivos elencados na seção 7.2, deve ser medida periodicamente por meio de indicadores de desempenho.

O Quadro 7.7 apresenta o resumo sintético dos indicadores que servirão de base para o monitoramento do cumprimento dos objetivos estabelecidos para o eixo “Consumo Racional de Materiais”.

Quadro 7.7 - Resumo de Indicadores para aferir os objetivos vinculados ao eixo “Consumo Responsável de Materiais”

Nº Indicador	Descrição do Indicador	Unid.	Direção	Interpretação	Responsável
4.1	Número de impressões por colaborador (IPC)	impressões/ colb		Quantidade de impressões realizadas por colaborador do TCE-PI.	DTIF
4.2	Número de cestas de material de expediente/100 colaboradores (CME)	Cestas ME/100 colb		Quantidade de cestas de material de expediente para cada grupo de 100 colaboradores TCE-PI.	SA



Nº Indicador	Descrição do Indicador	Unid.	Direção	Interpretação	Responsável
4.3	Volume de água envasada de pequeno volume/colaborador (VAP)	litros/colb		Somatório do volume de água envasada de pequeno volume (copo de 200 ml, garrafa de 500 ml, garrafa de 1,5l) consumida por colaboradores.	SA
4.4	Volume de água envasada G 20l /colaborador (VAG)	litros G 20 l/colb		Somatório do volume de água envasada de garrafão de 20 consumida por colaboradores.	SA
4.5	Número de itens plásticos descartáveis de copa e cozinha usados/colaborador (NIP)	Número itens plásticos copa e cozinha/colb		Somatório da demanda de itens plásticos de copa e cozinha (copo, prato e talheres) consumidos por colaboradores.	SA
4.6	Número de itens relevantes de material de informática consumidos/colaborador (NII)	Número itens de informática consumidos/colb		Somatório da quantidade de itens de informática relevantes (Ex.: CD e pendrive) consumidos por colaboradores.	SA
4.7	Percentual de luminárias com tecnologia LED automatizada (LLA)	%		Proporção de luminárias de tecnologia LED automatizada usadas para promover a iluminação dos ambientes do TCE-PI.	SA

Já o [Quadro 7.8](#) apresenta a síntese das metas estabelecidas para os indicadores que balizam a aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Consumo Responsável de Materiais”.

Quadro 7.8 - Metas relativas a indicadores de aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Consumo Responsável de Materiais”

Indicador	Unidade	Meta				Frequência
		2020	2021	2022	2023	
4.1	Impressões/colb	Redução anual de 5%	Mensal			
4.2	Cestas ME/100 colb	Redução anual de 5%	Mensal			
4.3	Litros/colb	14,0 mil	13 mil	12 mil	11 mil	Mensal
4.4	Litros G 20 L/colb	126 mil	127 mil	128 mil	129 mil	Mensal
4.5	Número itens plásticos copa e cozinha/colb	Redução anual de 5%	Mensal			



Indicador	Unidade	Meta				Frequência
		2020	2021	2022	2023	
4.6	Número itens de informática consumidos/colb	Redução anual de 2%	Mensal			
4.7	% luminárias LED automatizadas	20% do total de luminárias	40% do total de luminárias	60% do total de luminárias	80% do total de luminárias	Mensal



8 TEMA 5 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

8.1 Importância

No que tange a sustentabilidade da ocupação humana (cidades e comunidades), merece destaque os ODS 11 e 12, que trata de “Cidades e comunidades sustentáveis”, e “Consumo e produção responsáveis”, respectivamente, dentro do conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Inserido neste contexto, o PLS do TCE-PI buscou contribuir por meio de ações de gestão de resíduos sólidos gerados pela atividade de controle externo que, em última instância, permitem a gestão de resíduos municipais (subobjetivo 11.6), manejo sustentável de resíduos ao longo do ciclo de vida (subobjetivo 12.4).

8.2 Objetivos

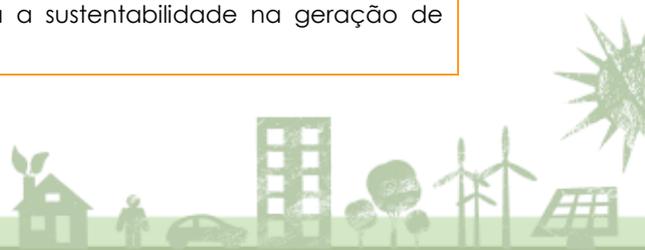
Visando atender os subobjetivos 11.6 e 12.4, inseridos nos OSDs 11 e 12, foram definidos quatro objetivos específicos. A seguir, os Quadros 8.1 a 8.3 apresentam a correlação entre objetivos específicos, ações executivas e indicadores de desempenho para efetivar a promoção desses dois ODS na atividade de controle externo no TCE-PI.

Quadro 8.1 - Resumo do primeiro objetivo vinculado ao eixo “Gestão de Resíduos Sólidos” com suas ações e indicadores

Objetivo 5.1: Atender a legislação municipal que trata da gestão de resíduos extradomiciliares	
Ações vinculadas:	
Ação 5.1.1:	Regulamentar a gestão de resíduos sólidos gerados pelo TCE-PI.
Ação 5.1.2:	Contratar empresas para a gestão dos resíduos sólidos.
Ação 5.1.3:	Construir a infraestrutura de acondicionamento transitório de resíduos sólidos.
Ação 5.1.4:	Alocar e capacitar colaboradores para gestão de resíduos sólidos.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 5.1

Quadro 8.2 - Resumo do segundo objetivo vinculado ao eixo “Gestão de Resíduos Sólidos” com suas ações e indicadores

Objetivo 5.2: Instituir e fomentar a reciclagem de resíduos sólidos	
Ações vinculadas:	
Ação 5.2.1:	Instituir campanha de sensibilização para a sustentabilidade na geração de resíduos sólidos.



Objetivo 5.2: Instituir e fomentar a reciclagem de resíduos sólidos	
Ações vinculadas:	
Ação 5.2.2:	Normalizar procedimentos específicos para promoção da reciclagem de resíduos sólidos.
Ação 5.2.3:	Implantar infraestrutura física e de pessoal para a execução da coleta seletiva de resíduos sólidos.
Ação 5.2.4:	Aderir ao programa municipal de reciclagem de resíduos sólidos (instalação de PEV – Ponto de Entrega Voluntária).
Indicadores do Objetivo:	Indicador 5.2

Quadro 8.3 - Resumo do terceiro objetivo vinculado ao eixo "Gestão de Resíduos Sólidos" com suas ações e indicadores

Objetivo 5.3: Aprimorar a sistemática de reuso de bens inservíveis	
Ações vinculadas:	
Ação 5.3.1:	Normalizar política de reuso e doação de bens inservíveis.
Ação 5.3.2:	Equacionar infraestrutura física e de pessoal para a execução da sistemática de reuso de bens inservíveis.
Indicadores do objetivo:	Indicador 5.3

8.3 Planos de Ação

Para cada objetivo proposto, foram vinculadas uma série de ações, detalhadamente construídas, e que por sua vez materializam-se em Planos de Ação. Nos [Quadros 8.1 a 8.3](#), já apresentados no tópico anterior, tem-se apenas o título das ações que servirão de "Degraus" para o atingimento dos objetivos aos quais se relacionam.

Assim, para uma consulta mais detalhada de como essas ações se desdobrarão, isto é, quais as atividades serão necessárias, solicita-se que seja consultado o Apêndice deste relatório. Lá, para cada ação pactuada, há um registro expondo a justificativa, setores envolvidos, responsáveis, cronograma e estimativa de custo, quando possível, viabilizando os meios para um adequado acompanhamento.

8.4 Indicadores

A aferição da efetividade das ações propostas para o eixo "Gestão de Resíduos Sólidos", no que se refere a implementação dos objetivos elencados na [seção 8.2](#), deve ser medida periodicamente por meio de indicadores de desempenho.



O **Quadro 8.4** apresenta o resumo sintético dos indicadores que servirão de base para o monitoramento do cumprimento dos objetivos estabelecidos para o eixo “Gestão de Resíduos Sólidos”.

Quadro 8.4 - Resumo de Indicadores para aferir os objetivos vinculados ao eixo “Gestão de Resíduos Sólidos”

Nº Indicador	Descrição do Indicador	Unid.	Direção	Interpretação	Responsável
5.1	Volume de Resíduos Sólidos Coletado (VRC)	m³/colb		Nível de produção de resíduos sólidos relativizado por colaboradores do TCE-PI.	SA
5.2	Volume de resíduos sólidos recicláveis coletado (VR2C)	m³		Aferição da capacidade de reciclagem de resíduos sólidos gerados pela atividade de controle externo.	SA
5.3	Número de Itens em Desuso Doados (NID)	Nº itens		Aferição da capacidade de prolongamento de vida útil de bens inservíveis à atividade de controle externo.	SA e DTIF

Já o **Quadro 8.5** apresenta a síntese das metas estabelecidas para os indicadores que balizam a aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Gestão de Resíduos Sólidos”.

Quadro 8.5 - Metas relativas a indicadores de aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Gestão de Resíduos Sólidos”

Indicador	Unidade	Meta				Frequência
		2020	2021	2022	2023	
5.1	m³/colb	-	Redução anual de 5%	Redução anual de 5%	Redução anual de 5%	Mensal
5.2	m³	-	Aumento anual de 10%	Aumento anual de 10%	Aumento anual de 10%	Mensal
5.3	Nº itens	-	Aumento anual de 5%	Aumento anual de 5%	Aumento anual de 5%	Mensal



9 TEMA 6 - CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E SENSIBILIZAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE

9.1 Importância

Este relatório objetiva apresentar um diagnóstico sobre as ações realizadas de capacitação socioambiental e sensibilização para a promoção da sustentabilidade no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, bem como propor diretrizes de atuação nessas respectivas áreas para compor o Plano de Logística Sustentável – PLS, a vigorar no quadriênio 2020-2023.

Tais ações são imprescindíveis para a instituição de uma cultura difusa de sustentabilidade, que estimule e promova a adesão contínua de membros, servidores e colaboradores do TCE-PI às práticas de responsabilidade socioambiental no exercício de suas atividades (Eixo 3 do Manual para Elaboração e Implementação dos Planos de Logística sustentável dos TCs – Qualidade de vida no trabalho, comunicação, capacitação e sensibilização para a sustentabilidade). Visam essencialmente a mudanças de hábitos, comportamentos e padrões de consumo dos envolvidos e impactam diretamente na preservação de recursos, contribuindo para a qualidade socioambiental e a redução de custos.

A capacitação e a sensibilização socioambientais deverão ser contínuas e aderentes aos demais temas contidos no PLS do TCE-PI, estabelecidos pelo art. 8º da Resolução TCE-PI nº 15/2018, de 13/09/18, além de integradas no amplo contexto da capacitação e comunicação deste Tribunal, de forma a tornar visível a importância que lhes é atribuída.

Convém evidenciar que esses temas se vinculam principalmente aos seguintes objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico do TCE-PI para o quadriênio 2020-2023:

- Objetivo 3 – Fortalecer a imagem do TCE-PI perante a sociedade;
- Objetivo 6 – Garantir eficiência e efetividade às atividades do TCE-PI;
- Objetivo 7 – Fortalecer a transparência na administração pública;
- Objetivo 8 – Aprimorar e incorporar boas práticas de governança e gestão;
- Objetivo 9 – Aprimorar a gestão do conhecimento;
- Objetivo 10 – Aprimorar a gestão das pessoas.

Inicialmente, realizou-se uma análise das ações de capacitação e sensibilização em sentido amplo e na temática da sustentabilidade realizadas por esta Corte, apresentando-se os dados e informações possíveis de serem levantados, identificadas as principais dificuldades encontradas nesse processo.

A seguir, foram propostas sugestões de objetivos, ações, indicadores e metas para subsidiar a execução e o acompanhamento do PLS, visando ao fortalecimento de uma



consciência cidadã e de responsabilidade socioambiental através da capacitação e sensibilização dos envolvidos, possibilitando, portanto, o desenvolvimento de competências para a melhoria do desempenho profissional na execução de práticas sustentáveis voltadas à promoção do bem-estar.

É possível vincular os seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável às temáticas da Capacitação e da Sensibilização:

- ODS 3 - Saúde e Bem-Estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- ODS 4 - Educação de Qualidade - Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- ODS 10 - Redução das Desigualdades - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
- ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

9.2 Objetivos

Os Quadros 9.1 e 9.2 a seguir apresentam a correlação entre os objetivos específicos, ações executivas e indicadores de desempenho necessários à efetivação da promoção dos ODS relacionados à atividade de capacitação e sensibilização socioambiental no TCE-PI.

Quadro 9.1 - Resumo do primeiro objetivo vinculado ao eixo "Capacitação e Sensibilização" com suas ações e indicadores

Objetivo 6.1:	Promover a qualificação técnica de membros, servidores e colaboradores do TCE-PI para o exercício da sustentabilidade
Ações vinculadas:	
Ação 6.1.1:	Elaborar Plano de Capacitação na área socioambiental.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 6.1, Indicador 6.2, Indicador 6.3



Quadro 9.2 - Resumo do segundo objetivo vinculado ao eixo “Capacitação e Sensibilização” com suas ações e indicadores

Objetivo 6.2: Promover a adesão contínua de servidores e colaboradores do TCE-PI à cultura da sustentabilidade	
Ações vinculadas:	
Ação 6.2.1:	Criar projeto de identidade visual para a promoção da sustentabilidade.
Ação 6.2.2:	Promover a divulgação dos conceitos/resultados da sustentabilidade no TCE-PI.
Ação 6.2.3:	Criar projeto de comunicação visual interna para a promoção de hábitos relacionados a sustentabilidade.
Ação 6.2.4:	Apoiar a prática da sustentabilidade nas campanhas e eventos internos correlatos.
Ação 6.2.5:	Implantar uma solução de TV Corporativa
Indicadores do Objetivo:	Indicador 6.4, Indicador 6.5

9.3 Planos de Ação

Para cada objetivo proposto, foram vinculadas uma série de ações, detalhadamente construídas, e que por sua vez materializam-se em Planos de Ação. Nos Quadros 9.1 a 9.2, já apresentados no tópico anterior, tem-se apenas o título das ações que servirão de “Degraus” para o atingimento dos objetivos aos quais se relacionam.

Assim, para uma consulta mais detalhada de como essas ações se desdobrarão, isto é, quais as atividades serão necessárias, solicita-se que seja consultado o Apêndice deste relatório. Lá, para cada ação pactuada, há um registro expondo a justificativa, setores envolvidos, responsáveis, cronograma e estimativa de custo, quando possível, viabilizando os meios para um adequado acompanhamento.

9.4 Indicadores

Os indicadores de desempenho atrelados ao tema Capacitação Socioambiental e Sensibilização para a Promoção da Sustentabilidade visam avaliar a adesão dos membros, servidores e colaboradores aos cursos, seminários, encontros, palestras, treinamentos, oficinas e outras atividades que promovam a sensibilização da sustentabilidade nesta Corte, essenciais à mudança da cultura a ela atinente.

O Quadro 9.3 apresenta o resumo sintético dos indicadores que servirão de base para o monitoramento do cumprimento das metas fixadas para o período de execução do PLS, necessárias ao atingimento dos objetivos estabelecidos para o tema em questão.



Quadro 9.3 - Resumo de Indicadores para aferir os objetivos vinculados ao eixo “Capacitação e Sensibilização”

Nº Indicador	Descrição do Indicador	Unid.	Direção	Interpretação	Responsável
6.1	Número de capacitações socioambientais por ano	Nº de capacitações /ano	↗	Quantidade de ações de capacitação relacionadas à sustentabilidade organizadas pelo TCE-PI ou em parcerias/ano.	EGC
6.2	Número de capacitados em responsabilidade e sociambiental por ano	Nº de capacitados /ano	↗	Quantidade de membros, servidores e colaboradores (estagiários, terceirizados e eventuais fornecedores) capacitados em responsabilidade socioambiental por ano.	EGC
6.3	Número de horas de capacitação e sensibilização em responsabilidade e socioambiental por ano	Horas de capacitação e sensibilização /ano	↗	Quantidade de horas de capacitação/sensibilização de membros, servidores e colaboradores (estagiários, terceirizados e eventuais fornecedores) em responsabilidade socioambiental/ano.	EGC
6.4	Índice de adesão à sustentabilidade	Nº de respostas positivas da pesquisa/número total de perguntas da pesquisa	↗	Quantidade de respostas positivas das questões aplicadas na pesquisa qualitativa semestral realizada com membros, servidores, colaboradores sobre o nível de adesão aos eixos de sustentabilidade/número total de perguntas da pesquisa.	CS
6.5	Número de ações de sensibilização socioambientais por ano	Nº de sensibilizações/ano	↗	Quantidade de ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas pelo TCE-PI ou em parcerias/ano.	CS

Já o [Quadro 9.4](#) apresenta a síntese das metas estabelecidas para os indicadores que balizam a aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Capacitação e Sensibilização”.

Quadro 9.4 - Metas relativas a indicadores de aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Capacitação e Sensibilização”

Indicador	Unidade	Meta				Frequência
		2020	2021	2022	2023	
6.1	Nº de capacitações socioambientais/ano	57	60	63	66	Trimestral



Indicador	Unidade	Meta				Frequência
		2020	2021	2022	2023	
6.2	Nº de capacitados na área socioambiental/ano	1630	1712	1798	1888	Trimestral
6.3	Horas de capacitação socioambiental/ano	236	248	260	273	Trimestral
6.4	Índice de adesão à sensibilização socioambiental	40% do escore máximo da pesquisa	45% do escore máximo da pesquisa	50% do escore máximo da pesquisa	55% do escore máximo da pesquisa	Semestral
6.5	Nº de ações de sensibilização socioambiental/ano	4	6	8	12	Trimestral



10 TEMA 7 - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

10.1 Importância

Boa parte da vida de um cidadão é destinada ao trabalho, portanto há a necessidade de que o ambiente laboral seja agradável, tanto no aspecto estrutural como nos relacionamentos e organização dos processos de trabalho.

A estrutura física e organizacional do trabalho influencia na qualidade de vida do indivíduo, mas esse não é o único fator de influência, já que a qualidade de vida é um ramo do conhecimento humano caracterizado por muitas dimensões e facetas que devem ser consideradas de forma simultânea. Sendo que a ordem de importância dos fatores componentes da qualidade de vida é variável e depende do indivíduo a ser considerado.

Partindo da premissa que o servidor é uma peça fundamental e indispensável ao bom funcionamento da instituição e que a expectativa de vida do brasileiro tem aumentado ao longo dos anos, os programas de Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania no Trabalho buscam melhorar a qualidade de vida dos servidores, para que os mesmos possam desempenhar suas atividades com mais vigor e satisfação.

O tema abordado neste diagnóstico – Programa de qualidade de vida no trabalho, integra o Eixo 3 do Manual para Elaboração e Implementação dos Planos de Logística sustentável dos TCs (Qualidade de vida no trabalho, comunicação, capacitação e sensibilização para a sustentabilidade) e vincula-se principalmente aos seguintes objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico do TCE-PI para o quadriênio 2020-2023:

- Objetivo 3 – Fortalecer a imagem do TCE-PI perante a sociedade;
- Objetivo 6 – Garantir eficiência e efetividade às atividades do TCE-PI;
- Objetivo 8 – Aprimorar e incorporar boas práticas de governança e gestão;
- Objetivo 10 – Aprimorar a gestão das pessoas.

Inicialmente, apresentam-se os dados e informações decorrentes dos Programas SER TCE e Sextas sem Conta, realizados pelo TCE-PI, essenciais à elaboração deste diagnóstico. A seguir, foram estabelecidos os objetivos específicos, indicadores de desempenho, metas e ações executivas necessários à efetivação da promoção dos ODS relacionados à qualidade de vida no TCE-PI.

É possível vincular os seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável à temática Qualidade de Vida:

ODS 3 - Saúde e Bem-Estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;



ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

10.2 Objetivos

Os Quadros 10.1 a 10.4, a seguir, apresentam a correlação entre os objetivos específicos, ações executivas e indicadores de desempenho necessários à efetivação da promoção dos ODS relacionados à atividade da qualidade de vida no trabalho do TCE-PI.

Quadro 10.1 - Resumo do primeiro objetivo vinculado ao eixo "Qualidade de Vida no Trabalho" com suas ações e indicadores

Objetivo 7.1:	Desenvolver programas e ações de promoção das saúdes, prevenção de doenças mais frequentes e acompanhamento de doenças crônicas
Ações Vinculadas:	
Ação 7.1.1:	Promover atividades para prevenção e combate as doenças respiratórias
Ação 7.1.2:	Acompanhar a situação de saúde dos servidores no que diz respeito ao COVID 19
Ação 7.1.3:	Implantar ações de apoio aos servidores que apresentam doenças osteomusculares
Ação 7.1.4:	Implantar ações de apoio a saúde mental dos servidores
Ação 7.1.5:	Ampliar programa de imunização de doenças imunopreveníveis
Ação 7.1.6:	Capacitar os servidores em práticas de primeiros socorros
Ação 7.1.7:	Realizar campanhas temáticas vinculadas à adoção de medidas preventivas para a saúde dos servidores
Ação 7.1.8:	Realizar anualmente edições do Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) " Programa Mais Viver"
Ação 7.1.9:	Adquirir equipamentos, materiais e mobiliários para a SSIS
Ação 7.1.10:	Criar Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação
Ação 7.1.11:	Desenvolver o Programa SER TCE Saudável- Alimentação Saudável e Sustentável
Ação 7.1.12:	Implantar Projeto SER TCE MULHER
Ação 7.1.13:	Elaborar uma cartilha com orientações acerca dos serviços ofertados pela SSIS
Indicadores do Objetivo:	Indicador 7.1, Indicador 7.2, Indicador 7.8, Indicador 7.9



Quadro 10.2 - Resumo do segundo objetivo vinculado ao eixo "Qualidade de Vida no Trabalho" com suas ações e indicadores

Objetivo 7.2:		Promover ações de combate ao sedentarismo e apoio nas atividades desportivas
Ações Vinculadas:		
Ação 7.2.1:	Elaborar program de apio à prática de atividades desportivas e ginastica laboral	
Ação 7.2.2:	Firmar convênio com clubes e/ou academias	
Ação 7.2.3:	Promover torneios internos motivando e despertando o interesse dos servidores para participação nas olimpíadas dos TC's	
Ação 7.2.4:	Realizar atividades como caminhadas, passeios ciclísticos ou outra atividade física	
Indicadores do Objetivo:	Indicador 7.3, Indicador 7.4	

Quadro 10.3 - Resumo do terceiro objetivo vinculado ao eixo "Qualidade de Vida no Trabalho" com suas ações e indicadores

Objetivo 7.3:		Promover atividades culturais e de sustentabilidade
Ações Vinculadas:		
Ação 7.3.1:	Ampliar o projeto "Estação Leitura"	
Ação 7.3.2:	Elaborar e apoiar ações de doação e voluntariado por meio do Projeto SER TCE Solidário	
Ação 7.3.3:	Realizar campanhas e demais ações com foco na sustentabilidade	
Ação 7.3.4:	Implantar o Projeto Reciclar é da sua Conta	
Ação 7.3.5:	Executar o Projeto Sextas sem Contas	
Indicadores do Objetivo:	Indicador 7.5, Indicador 7.6	

Quadro 10.4 - Resumo do quarto objetivo vinculado ao eixo "Qualidade de Vida no Trabalho" com suas ações e indicadores

Objetivo 7.4:		Instituir ações que promovam Saúde e Segurança no Trabalho (SST), considerando o e-Social
Ações Vinculadas:		
Ação 7.4.1:	Contratação de empresa específica em SST	



Objetivo 7.4:	Instituir ações que promovam Saúde e Segurança no Trabalho (SST), considerando o e-Social
Ações Vinculadas:	
Ação 7.4.2:	Promover treinamentos e capacitações relacionadas a segurança e saúde no trabalho
Ação 7.4.3:	Divulgar o processo de comunicação de Acidente no Trabalho (CAT)
Ação 7.4.4:	Adequar o processo de monitoramento da saúde do trabalhador
Indicadores do Objetivo:	Indicador 7.7

10.3 Planos de Ação

A administração pública deve buscar permanentemente uma melhor Qualidade de Vida no Trabalho promovendo ações que estimulem o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores. Para tanto a implantação de programas específicos que impactem no grau de satisfação da pessoa com o ambiente de trabalho, melhoria das condições ambientais gerais, promoção da saúde e segurança, integração social e desenvolvimento das capacidades humanas, entre outros fatores, são de extrema importância para o alcance dos objetivos.

Tal qualidade de vida visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização, tendo como ideia básica o fato de que as pessoas são mais produtivas quanto mais satisfeitas e envolvidas com o próprio trabalho. Portanto, a ideia principal é a conciliação dos interesses dos indivíduos e das organizações, ou seja, ao melhorar a satisfação do trabalhador dentro de seu contexto laboral, melhora-se consequentemente a produtividade.

Para cada objetivo proposto, foram vinculadas uma série de ações, detalhadamente construídas, e que por sua vez materializam-se em Planos de Ação. Nos [Quadros 10.1 a 10.4](#), já apresentados no tópico anterior, tem-se apenas o título das ações que servirão de "Degraus" para o atingimento dos objetivos aos quais se relacionam.

Assim, para uma consulta mais detalhada de como essas ações se desdobrarão, isto é, quais as atividades serão necessárias, solicita-se que seja consultado o [Apêndice](#) deste relatório. Lá, para cada ação pactuada, há um registro expondo a justificativa, setores envolvidos, responsáveis, cronograma e estimativa de custo, quando possível, viabilizando os meios para um adequado acompanhamento.



10.4 Indicadores

O **Quadro 10.5** adiante apresenta o resumo sintético dos indicadores que servirão de base para o monitoramento do cumprimento das metas fixadas para o período de execução do PLS, necessárias ao atingimento dos objetivos estabelecidos para o tema em questão.

Quadro 10.5 - Resumo de Indicadores para aferir os objetivos vinculados ao eixo “Qualidade de Vida no Trabalho”

Nº Indicador	Descrição do Indicador	Unid.	Direção	Interpretação	Responsável
7.1	Número de programas e ações de promoção das diferentes saúdes	Nº de programas e ações de promoção das diferentes saúdes/ ano	↗	Quantidade de programas e ações de promoção das diferentes saúdes realizadas pela SSIS durante o ano.	SSIS
7.2	Número de programas e ações de prevenção de doenças e de acompanhamento de doenças crônicas	Nº de programas e ações de prevenção de doenças e de acompanhamento de doenças crônicas / ano	↗	Quantidade de programas e ações de prevenção de doenças e de acompanhamento de doenças crônicas realizadas pela SSIS durante o ano.	SSIS
7.3	Número de servidores participantes nas Olimpíadas dos Tribunais de Contas do Brasil e de outros países do Mercosul	Nº de servidores participantes nas Olimpíadas Esportivas/ ano	↗	Quantidade de servidores que participam de Olimpíadas Esportivas durante o ano.	Comitê Esportivo
7.4	Número de participações em ações de combate ao sedentarismo promovidas pelo TCE-PI	Nº de participações em ações de combate ao sedentarismo / ano	↗	Quantidade de participações em ações de combate ao sedentarismo promovidas pela SSIS durante o ano.	SSIS
7.5	Número de atividades culturais e de sustentabilidade realizadas no TCE-PI	Nº de atividades culturais e de sustentabilidade/ ano	↗	Quantidade de atividades culturais e de sustentabilidade realizadas nas dependências do TCE-PI durante o ano.	SSIS e EGC



Nº Indicador	Descrição do Indicador	Unid.	Direção	Interpretação	Responsável
7.6	Número de participações em atividades culturais e de sustentabilidade realizadas no TCE-PI	Nº de participações em atividades culturais e de sustentabilidade / ano		Quantidade de participações nas atividades culturais e de sustentabilidade realizadas nas dependências do TCE-PI durante o ano.	SSIS e EGC
7.7	Numero de ações que promovam Saúde e Segurança no Trabalho (SST), considerando o e-Social	Nº de ações que promovam Saúde e Segurança no Trabalho (SST), no âmbito do TCE, considerando o e-Social/ano		Quantidade de ações que promovam Saúde e Segurança no Trabalho (SST), no âmbito do TCE, considerando o e-Social durante o ano.	SSIS, ECG e Comunicação Social
7.8	Número de servidores de licença médica	Nº de servidores de licença médica/ ano		Índice de redução do nº de servidores de licença médica/ ano.	SSIS
7.9	Número de dias de afastamento por licença médica	Nº de dias de afastamento por licença médica/ ano		Índice de redução do Nº de dias de afastamento por licença médica/ ano.	SSIS

Já o [Quadro 10.6](#) apresenta a síntese das metas estabelecidas para os indicadores que balizam a aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Qualidade de Vida no Trabalho”.

Quadro 10.6 – Metas relativas a indicadores de aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Qualidade de Vida no Trabalho”

Indicador	Unidade	Meta				Frequência
		2020	2021	2022	2023	
7.1	Nº de programas e ações de promoção das diferentes saúdes/ ano	8	10	12	14	Semestralmente
7.2	Número de programas e ações de prevenção de doenças e de acompanhamento de doenças crônicas/ano	8	10	12	14	Semestralmente



Indicador	Unidade	Meta				Frequência
		2020	2021	2022	2023	
7.3	Nº de servidores participantes nas Olimpíadas Esportivas/ ano	60	65	70	75	Anual
7.4	Nº de participações em ações de combate ao sedentarismo / ano	4000	4200	4400	4600	Semestralmente
7.5	Nº de atividades culturais e de sustentabilidade/ ano	8	10	12	14	Semestralmente
7.6	Nº de participações em atividades culturais e de sustentabilidade / ano	200	220	240	260	Semestralmente
7.7	Nº de ações de Saúde e Segurança no Trabalho (SST)/ ano	-	1	5	8	Semestralmente
7.8	Nº de servidores de licença médica/ ano	350	330	300	270	Semestralmente



11 TEMA 8 - COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

11.1 Importância

Visando a promoção da sustentabilidade em cidades e comunidades, a ODS 12 estabelece o “Consumo e a produção responsáveis” de insumos empregados nas atividades humanas. Diante deste contexto, o PLS do TCE-PI busca contribuir por meio de uma política capaz de promover práticas de contratações públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais (sub-objetivo 12.7).

11.2 Objetivos

Visando atender o subobjetivo 12.7, inserido no OSD 12, foi definido um objetivo específico, detalhado no [Quadro 11.1](#). O referido quadro apresenta a correlação entre objetivo, ações executivas e indicadores de desempenho.

Quadro 11.1 - Resumo do objetivo vinculado ao eixo “Compras e Contratações Sustentáveis” com suas ações e indicadores

Objetivo 8.1:	Implementar critérios de sustentabilidade na sistemática de contratações do TCE-PI, sem prejuízo da competitividade.
Ações vinculadas:	
Ação 8.1.1:	Implementar procedimento de contratação sustentável (bens, serviços e obras) no TCE-PI.
Ação 8.1.2:	Prover infraestrutura e capacitar colaboradores para o exercício da sustentabilidade nas contratações do TCE-PI.
Indicadores do Objetivo:	Indicador 8.1, Indicador 8.2

11.3 Planos de Ação

Para o objetivo proposto, foram vinculadas duas ações, detalhadamente construídas, e que por sua vez materializam-se em Planos de Ação. No [Quadro 11.1](#), já apresentados no tópico anterior, tem-se apenas o título das ações que servirão de “Degraus” para o atingimento do objetivo ao qual se relaciona.

Assim, para uma consulta mais detalhada de como essas ações se desdobrarão, isto é, quais as atividades serão necessárias, solicita-se que seja consultado o [Apêndice](#) deste relatório. Lá, para cada ação pactuada, há um registro expondo a justificativa, setores envolvidos, responsáveis, cronograma e estimativa de custo, quando possível, viabilizando os meios para um adequado acompanhamento.



11.4 Indicadores

A aferição da efetividade das ações propostas para o eixo “Compras e Contratações Sustentáveis”, no que se refere a implementação do objetivo elencado na seção 12.3, deve ser medida periodicamente por meio de indicadores de desempenho.

O [Quadro 11.2](#) apresenta o resumo sintético dos indicadores que servirão de base para o monitoramento do cumprimento do objetivo estabelecido para o eixo “Compras e Contratações Sustentáveis”.

Quadro 11.2 - Resumo de Indicadores para aferir os objetivos vinculados ao eixo “Compras e Contratações Sustentáveis”

Nº Indicador	Descrição do Indicador	Unid.	Direção	Interpretação	Responsável
8.1	Percentual Financeiro de Compras Sustentáveis (CPS)	%	↗	Percentual financeiro de compras do TCE-PI que adotam critérios sustentáveis.	SA
8.2	Percentual Financeiro de Contratações Sustentáveis (CTS)	%	↗	Percentual financeiro de contratações do TCE-PI que adotam critérios sustentáveis.	SA

Já o [Quadro 11.3](#) apresenta a síntese das metas estabelecidas para os indicadores que balizam a aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Compras e Contratações Sustentáveis”.

Quadro 11.3 - Metas relativas a indicadores de aferição dos objetivos vinculados ao eixo “Compras e Contratações Sustentáveis”

Indicador	Unidade	Meta				Frequência
		2020	2021	2022	2023	
8.1	%	15 % das compras do TCE-PI	Aumento anual de 5%	Aumento anual de 5%	Aumento anual de 5%	Anual
8.2	%	15 % das compras do TCE-PI	Aumento anual de 5%	Aumento anual de 5%	Aumento anual de 5%	Anual

Nos [Quadros 11.4](#) a [11.5](#) tem-se o detalhamento de cada um dos indicadores a serem aferidos para avaliar a efetividade dos objetivos relativos ao eixo “Compras e Contratações Sustentáveis”.

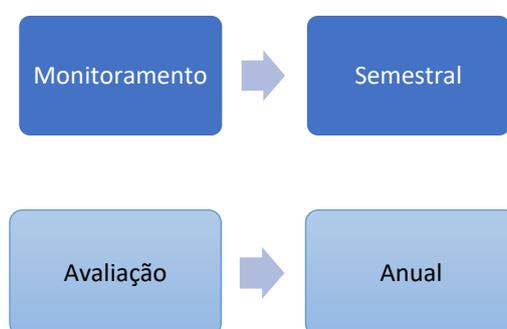


12 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em sua essência, o Plano de Logística Sustentável é constituído por um conjunto de planos de ação que vão ser postos em prática para o atingimento dos objetivos propostos, os quais por sua vez são vinculados aos ODS. Como os planos de ação são desenvolvidos ao longo do tempo e, também, se estruturam em uma série de atividades, é importante que se realize um acompanhamento sistemático da sua implementação, visando aferir a efetividade dos resultados.

Desse modo, o presente PLS foi estruturado para ter seus indicadores divulgados semestralmente, por meio da realização de uma etapa de monitoramento e, a cada ano, uma avaliação, conforme se apreseta esquematicamente na [Figura 12.1](#).

Figura 12.1 - Periodicidade do monitoramento e da avaliação



Fonte: TCE-PI

É importante registrar que, para efeito deste Plano, as expressões monitoramento e avaliação serão, em termos conceituais, vistas como distintas. Na verdade, inspiradas na “Avaliação de Políticas Públicas”, que adota a avaliação como importante meio a ser vivenciado na última fase do ciclo político, isto é, o controle dos impactos, para aferir os resultados eventualmente alcançados.

Desse modo, em linhas gerais, o PLS será objeto de um acompanhamento semestral, o qual será aqui denominado de “monitoramento”; ocorrendo, em complemento, uma análise anual dos resultados, sob a denominação de “avaliação”. Momento este mais intenso de análise e reflexão, quando se interpretará os resultados alcançados. Inclusive com possível proposição de aprimoramentos nas ações delineadas, caso se venha a constatar um nível de retorno aquém do esperado.

A [Figura 12.2](#) apresenta uma síntese da relação entre os objetivos do desenvolvimento sustentável abarcados por este PLS e as ações propostas, evidenciando a estruturação das vinculações. Isso ajuda na compreensão do sistema de medição de desempenho aqui sugerido. Assim, os resultados, novamente reforçando, são medidos por meio dos indicadores os quais se relacionam aos objetivos e não aos planos de ação.



Figura 12.2 - Relação entre os Planos de Ação e os ODS



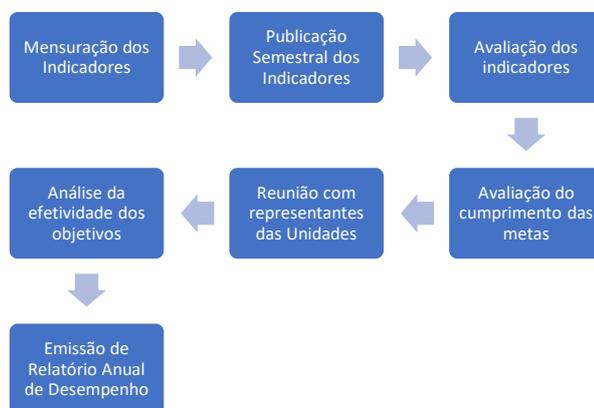
Fonte: TCE-PI

Em resumo, a etapa de monitoramento se traduz na mensuração dos indicadores propostos. É por meio da quantificação desses indicadores que se avaliará o alcance dos objetivos propostos. Reprisando que os indicadores não estão vinculados aos planos de ação, mas sim aos objetivos.

Vale lembrar que os indicadores utilizados foram construídos com preocupação de serem objetivos, de fácil mensuração e capazes de permitir uma avaliação do atingimento dos objetivos propostos.

Por força da Resolução TCE-PI Nº 013/2015, o monitoramento deve ser publicado semestralmente no Portal do TCE-PI.

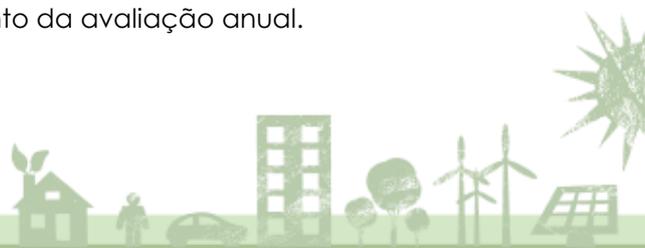
Figura 12.2 - Etapas a serem seguidas



Fonte: TCE-PI

É importante que a cada semestre se proceda ao levantamento das informações. Sua realização em períodos mais curtos se justifica como uma oportunidade de identificação de eventuais entraves a execução dos planos de ação, seja por necessidade de alocação de recursos, indisponibilidade de servidores, dentre outros motivos. Assim, cria-se uma janela de oportunidade para promoção de soluções, atenuando o risco de inexecução.

Cabe frisar que durante a realização do monitoramento, não se deve buscar alterações substanciais ou revisões no planejamento delineado. Essa etapa de maior aprofundamento e reflexão fica reservada para o momento da avaliação anual.



13 AÇÕES DE DIVULGAÇÃO

Para que este Plano de Logística Sustentável seja exitoso, não basta a simples execução dos planos de ação aqui propostos. Na verdade, é imprescindível buscar uma quebra de paradigma junto aos membros, servidores e colaboradores da Corte de Contas, no sentido de promover uma profunda mudança cultural, que reflita na valorização social e ambiental, com consequentes reflexos econômicos para todos os envolvidos.

Assim, visando contribuir para uma maior sensibilização e promoção dessa transformação cultural, vislumbrou-se uma sistemática de divulgação consistente dos indicadores de desempenho estabelecidos. Forma de evidenciar, de maneira prática, o avanço frente aos objetivos propostos. Nessa divulgação, deve-se dar preferência a construção de gráficos, fazendo uso intensivo de recursos visuais. Uma forma de expor a informação dentro de um contexto histórico.

É importante também uma análise cuidadosa na seleção do meio de divulgação a ser utilizado, bem como do teor da mensagem que se fará circular. Entendendo-se o “meio” como o tipo de mídia a se fazer uso. Assim, deve-se buscar dar uma abordagem aos indicadores lúdica, destacando-se o progresso alcançado e, eventualmente, uma explicação sucinta do contexto enfrentado.

Mesmo que o indicador demonstre, em situações excepcionais, algum insucesso, é relevante contextualizar as causas do não avanço. Não sendo positivo omitir fatos relevantes ou esclarecedores. Uma ação de divulgação responsável deve refletir a real situação do progresso atingido.

Figura 13.1 - Componentes para uma Ação de Divulgação eficiente



Fonte: TCE-PI

Também espera-se fazer uso da construção de “painéis” com a síntese dos planos de ação trabalhados, agrupados por tema e objetivo, destacando ainda os que estão em execução e os pendentes de implementação. A [Figura 13.2](#) apresenta uma sugestão de formato para materializar sua circularização. A ideia é tentar, como já mencionado, transformar o dado em informação com apelo visual.



Figura 13.2 - Exemplo de divulgação do avanço na execução das etapas dos planos de ação

TEMA 1							
Objetivo 1.1	Descrição do objetivo						
Ação 1.1.1	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4	Etapa 5	Etapa 6	Etapa 7
Ação 1.1.2	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4	Etapa 5	Etapa 6	Etapa 7
Ação 1.1.3	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4	Etapa 5	Etapa 6	Etapa 7
Ação 1.1.4	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4	Etapa 5	Etapa 6	Etapa 7
Ação 1.1.5	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4	Etapa 5	Etapa 6	Etapa 7

	Etapa concluída
	Etapa em execução
	Etapa pendente

Fonte: TCE-PI

Em linhas gerais, a divulgação dos indicadores ocorrerá semestralmente, em consonância com o que regulamenta a Resolução TCE-Pi nº 15/2018. Espera-se que os resultados do monitoramento sejam divulgados de maneira centralizada na página do Tribunal de Contas. Uma forma de facilitar a consulta por todos e, em consequência, incentivar sua disseminação aos interessados.

Já em relação ao relatório anual de avaliação, Por sua importância, já que reproduz um momento de reflexão dos resultados alcançados, é interessante dar ampla divulgação, fazendo uso das diversas mídias comumente utilizadas pelo Tribunal de Contas para se comunicar.

